

“Comunicação? Política? E o que isso tem a ver com Psicologia?”

Uma Análise da Formação Discursiva de Psicólogos durante a Graduação¹

Bárbara Piazza dos REIS²

Faculdade Venda Nova do Imigrante, FAVENI, ES

RESUMO

O presente estudo se interessa pelas atuais transformações demandadas à Psicologia. Uma notícia publicada em 2015 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), tratando sobre parlamentares federais e estaduais eleitos ou candidatos que possuem formação na área; o *Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro* (DIEESE, 2016), que demonstra que estes vêm atuando prioritariamente nas atividades de educação, saúde e serviços sociais (74,8%) e, em segundo lugar, com a administração pública (18%); bem como a *Resolução nº 4, de 26 de março de 2020*, que, em decorrência da pandemia por COVID-19, regulamenta a prestação de serviços psicológicos por meio de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs); evidenciam, aos psicólogos, a necessidade repensar campos de atuação e possibilidades de intervenção. Tal atitude engloba uma discussão sobre o conjunto de enunciados que descrevem a Psicologia enquanto ciência e profissão. O estudo *“Eu quero ajudar as pessoas: a escolha vocacional da psicologia”* (2001) analisou depoimentos de 146 estudantes primeiranistas de duas universidades do Rio Grande do Sul, apontando para uma “tipicalidade” da/o estudante: “jovem”; “com ambições econômicas modestas ou moderadas, que percebe-se com o desejo de compreender profundamente o ser humano a fim de poder ajudá-lo, enquanto psicólogo clínico, a vencer problemas sentimentais e existenciais através de habilidades de escuta, paciência, calma, observação, compreensão e interesse pelo outro” - perfil que, para Magalhães, Stralio, Keller e Gomes, projeta o ideal de atuação no “modelo de atendimento individual em consultório”, traduzindo o conhecimento psicológico a uma

¹ Trabalho apresentado na DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 16 a 18 de junho de 2022.

² Psicóloga e Escritora | Concluindo MBA em Comunicação e Semiótica pela Faculdade Venda Nova do Imigrante | E-mail: contato.antropoiesis@gmail.com

compreensão reducionista sobre os “mecanismos da mente” (2001, sem página). Em “*A Representação Social do Trabalho do Psicólogo*”, Praça e Novaes (2004) analisaram depoimentos de 375 estudantes do penúltimo ano dos cursos de graduação nas áreas da saúde, em uma universidade do Rio de Janeiro, que evocaram “uma visão altamente subjetivista e individualista” da profissão (p. 32), excluindo-se “a dimensão histórica e social presente no individual” (p. 35) e endossando uma “função assistencialista”, vinculada à “representação da Psicologia como aquela que pode dar ajuda incondicional ao outro” (p. 35). Assim, percebe-se um entrelaçamento entre o desejo, a formação do discurso e a prática profissional. Compreender como o estudante de psicologia vem tensionando tais percepções e se preparando para um contexto mais atualizado é necessário. Por isso, resgata-se uma pesquisa feita entre 2015 e 2017, no Programa de Iniciação Científica da Universidade Tuiuti do Paraná, sob orientação da professora Dra. Grazielle Tagliamento. Analisa-se o discurso de vinte estudantes de duas universidades privadas de Curitiba - cinco ingressantes e cinco formandos de cada uma delas -, que participaram de forma voluntária e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme os procedimentos éticos da pesquisa com seres humanos (Parecer do CEP nº 1.295.840). A análise versa sobre o papel social que a profissão exerce, principalmente no que diz respeito a uma atuação comunicadora e política. As falas dos entrevistados - audiogravadas e transcritas - são justapostas aos documentos que normatizam a profissão. A metodologia se inspira na arqueologia de Michel Foucault (2008, 2014), que compreende “que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (2014, p. 08). As atuais diretrizes para a formação em Psicologia no Brasil, presentes na *Resolução CNE/CES 5/2011*, estipulam sete princípios e compromissos para a formação, que levam em conta a “multideterminação do fenômeno psicológico”, a “compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos”, bem como a “atuação em diferentes contextos” (p. 01). Sugere-se, portanto, uma aparente atualização nos enunciados descritivos encontrados nas pesquisas anteriores. Já no art. 4º, determina-se que a formação deve proporcionar o desenvolvimento das seguintes competências: “atenção à saúde; tomada de decisões; comunicação; liderança; administração e gerenciamento; educação permanente” (p. 02). Tratando-se da habilidade de

“comunicação”, o documento aponta que “os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral” (p. 02), não especificando sobre o ensino de metodologias em comunicação para divulgação científica ou para o direcionamento de informações aos diferentes públicos - restando uma abordagem vaga para o que é necessário no desenvolvimento de tal habilidade. Nas grades curriculares das universidades selecionadas, o assunto é quase inexistente. Na universidade A, para os currículos posteriores ao de 2012, acrescentou-se a disciplina de “Comunicação e Expressão”, de 36 horas, ministrada na modalidade de Ensino à Distância (EAD), cuja ementa volta-se apenas à redação e interpretação de texto. As entrevistas, compostas por dez perguntas abertas, contemplaram motivações associadas à escolha profissional; expectativas sobre a formação; definições de Psicologia e do seu objeto de estudo; locais de atuação; características atribuídas aos psicólogos; relações entre Comunicação e Psicologia, depois, entre Política e Psicologia; e, por fim, percepções sobre a participação dos psicólogos nas mídias e sobre a presença dessa discussão na graduação. Novamente, o verbo “ajudar” exerceu dominância nas respostas trazidas. Treze estudantes associaram a ajuda ao papel social da profissão. Destes, apenas quatro são formandos - o que sugere um abandono de tal concepção por quem ultrapassa um contato com a superfície da profissão. No que toca às relações trazidas entre Comunicação e Psicologia, quatro ingressantes da universidade A caracterizam um modo de difusão de informação um-para-um, reforçando a imagem da/o psicóloga/o clínica/o. Apenas uma entrevistada caracterizou modos de difusão um-para-muitos, ao falar de palestras e posições de liderança nas organizações. Já os ingressantes da Universidade B trouxeram, num geral, a indissociabilidade entre Comunicação e Psicologia, concepção retomada por sete formandos - cinco da Universidade A e dois da Universidade B. Todos os ingressantes qualificaram a presença das/os psicólogas/os nas mídias de maneira positiva e benevolente, por considerarem que elas/es têm “um conhecimento que as outras pessoas não têm” e que “é preciso informar às pessoas” sobre o que fazem e como fazem. Três ingressantes relacionaram a participação aos “bastidores”, nas funções de: “recrutamento e seleção” da equipe de produção; “consultoria” na produção dos roteiros; e “análise de conteúdos” midiáticos, identificando se é ou não “alienante”. Já os formandos divergiram. Três deles

qualificaram essa presença como algo “perigoso”, pois é “uma responsabilidade imensa” para a/o profissional, que “deve tomar muito cuidado com o que fala”, para “não generalizar uma categoria” ou ser “antiético”. A palavra “divulgação”, manifesta em dois relatos, aponta para um tabu - dotado de maldições e significações confusas -, na crença de que não se deveria “divulgar” a profissão, apenas comunicar o que é a psicologia, como ela atua e sua importância para a sociedade. Nessa crença, contraditória, existe uma indissociabilidade entre “divulgação” e “Publicidade” (sinônimo de prática “antiética”) e um desejo de dissociação entre “divulgação” e “transmissão de boa informação”. Esse tabu parece nutrir íntima relação com algumas consignas presentes no *Código de Ética Profissional do Psicólogo* (2005), onde, no art. 2º, é vedado ao psicólogo “induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços” (p. 10), e no art. 20, que dispõe sobre a promoção pública dos serviços psicológicos, adverte-se que o profissional “não fará autopromoção em detrimento de outros profissionais” e “não fará divulgação sensacionalista das atividades profissionais” (p. 15). Em que pese as divergências, todos os entrevistados percebem a Psicologia com base num julgamento moral, tendo-a como sinônimo do Bem, do correto, capaz de controlar os comportamentos humanos. À Política, coube antagonizar e vestir a casaca do Mal. Ao relacionarem Psicologia e Política, dois entrevistados não souberam responder; quatro disseram não gostar do assunto, associando-o a injustiça e corrupção; dois avaliaram que a/o psicóloga/o auxiliaria o político na realização do seu trabalho, através do que é “certo”; um qualificou essas duas áreas como “totalmente distintas”; e seis defenderam que a Política necessita da Psicologia, para tornar-se mais “ética”, mais “humanizada” – através de terapia ou de consultoria. Em suma, defendeu-se que na Política falta respeito, falta ética, falta colocar-se no lugar do outro. E o político, por sua vez, “tem que estar bem resolvido para resolver os problemas da nossa sociedade”, “tem que estar organizado”. “A Psicologia entraria nesta organização”, para “deixar a coisa menos ruim do que está”. Ainda assim, muitos alegaram não ver possibilidade de mudança nesse cenário. Observou-se, portanto, que as/os estudantes ingressam com uma visão romântica, heróica e inventiva da Psicologia, mas que está marcada por um discurso assistencialista e individualista; e que, ao final do curso, permanecem com uma idealização majoritariamente embasada em um modelo de psicólogo de consultório particular, atravessado pelo controle, pelo pessimismo e



pelo sentimento de impotência. Tal percurso narrativo coloca a/o profissional ainda em um papel passivo, de escuta e silêncio, mais do que como um agente comunicador e político – onde o papel é ativo e requer ou há a possibilidade de fala. Sugere-se o fortalecimento de discussões sobre o tema, em conjunto com profissionais da Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Formação discursiva; Comunicação; Política; Compromisso social.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. (2011, 16 mar.). Resolução n. 5, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN52011.pdf?query=Brasil>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem são os (as) psicólogos (as) da política brasileira? *Jornal do Federal*, Brasília, Ano XXV, nº 111, p. 06-07 - Agosto 2015. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/09/JornalFederal_Agosto_web.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP Nº 010/05: aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, agosto de 2005. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 4, de 26 de março de 2020. In: Atos Oficiais do Conselho Federal de Psicologia, 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-so-bre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Projeto 2 - Levantamento de informações sobre a inserção de psicólogos no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo, SP: DIEESE. 2016. Disponível em:



<<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Relat%C3%B3rio-final-Projeto-2-1.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MAGALHÃES, M.; STRALIOTTO, M.; KELLER, M.; GOES, W.B. Eu quero ajudar as pessoas: a escolha vocacional da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(2), 10-27. 2001. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932001000200003>>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

PRAÇA, K. B. D.; NOAVES, H. G. V. A representação social do trabalho do psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24(2), 32-47. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932004000200005>>. Acesso em: 02 de maio de 2022.